

Livro nº. 6
Folha 14

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2009/2012

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2011/02/28

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão da Sede da Junta de Freguesia de Valdosende, realizou-se a Assembleia Municipal de Terras de Bouro que reuniu em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um – *Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro;* -----

Ponto dois – *Análise e votação de proposta de alteração de estatutos para transformação da Grande Área Metropolitana do Minho em Associação de Municípios com fins específicos, por força do artigo 38º, nº4 da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto;* -----

Ponto três – *Análise e votação de desafectação do domínio público de parcela de terreno – Processo Intermarché.* -----

-----Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, tendo o Sr. Avelino José Antunes Soares assumido o lugar de Primeiro Secretário e o Sr. Guilherme José Coelho Alves o lugar de Segundo Secretário. -----

Estiveram na sessão, a representar a Câmara Municipal, o Presidente efectivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dra. Liliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e três, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Brufe e de Vilar da Veiga, assim como do Senhor Deputado Óscar Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído, nos termos da Lei, pelo Senhor António Manuel da Cunha Martins -----

Comprovada a existência de Quorum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, tendo, de seguida, agradecido à Junta de Freguesia de Valdosende a cedência e o arranjo do espaço para a sessão de hoje. Aproveitou para enaltecer o espírito empreendedor do poder local e salientou a importância de se encontrarem

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

soluções adequadas para os espaços como as sedes das Juntas, os salões de festas e as escolas primárias que se encontram abandonadas ou sem grande utilização e que poderão prestar um bom serviço às comunidades locais, cada vez mais envelhecidas, por exemplo, como centros de dia. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal falou também da visita ao Centro de Solidariedade Social de Valdosende, no Lugar do Assento, uma obra notável, afirmou, reconhecendo o esforço e a dedicação de quem lá trabalha. Proferiu também palavras de reconhecimento e de elogio ao trabalho desenvolvido pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Paradela – Valdosende, instituição que agora, graças ao trabalho meritório dos seus elementos, se converteu em Instituição Particular de Solidariedade Social. O trabalho desenvolvido em Valdosende pelas instituições e pelas associações locais merece o reconhecimento de todos. Aproveitou para saudar a Igreja Evangélica Metodista pelo trabalho realizado e pela celebração dos quarenta anos de vida nesta freguesia. -----

Ainda nesta intervenção inicial, o Sr. Dr. Ricardo Gonçalves referiu-se ao processo judicial que manteve com o Sr. Vereador Dr. António Afonso, para informar os presentes de que ganhou o processo no recurso apresentado ao Tribunal da Relação de Guimarães. Salientou que toda esta situação era completamente escusada, já que a linguagem por si usada, e que esteve na origem do processo interposto pelo Sr. Dr. António Afonso, é normal na vida política. -----

Sobre este assunto, e usando o direito de se pronunciar para defesa da honra, interveio o Sr. Vereador Dr. António Afonso, que afirmou ser sistemático o uso deste assunto na Assembleia Municipal por parte do Sr. Dr. Ricardo Gonçalves para realçar algo que, na verdade, em Primeira Instância, foi alvo de condenação e que, se agora o Sr. Presidente da Assembleia Municipal entender, devia processar a Juíza que o condenou em Primeira Instância e de forma exemplar, sublinhou. -----

Para finalizar este assunto, o Sr. Dr. Ricardo Gonçalves voltou a intervir para afirmar que um processo judicial só termina quando se acabam as hipóteses de recurso e que, no cômputo geral, ele ganhou, uma vez que foi ilibado. -----

De seguida, foi colocada à consideração a acta da sessão anterior, datada de vinte e nove de Novembro de dois mil e dez. -----

Sobre a mesma pediu a palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira para pedir a correcção e alteração da sua intervenção no que diz respeito à concessão de subsídios às instituições do Concelho. Segundo o próprio, não terá dito que se retirassem, sem qualquer critério, os apoios financeiros às instituições, mas sim que tais apoios deveriam ter em linha de conta os serviços efectivamente prestados assim

como a formação desportiva de jovens terrabourenses, o que não acontece, uma vez que há clubes com apoios municipais onde não jogam jovens de Terras de Bouro. -----

Seguidamente, a acta supra mencionada foi colocada à votação e aprovada por maioria, com dois votos de abstenção, no caso dos Senhores Deputados Alexandre Pereira e Manuel Aguiar Campos, que não esteve presente nessa reunião. -----

Ainda antes do período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e depois de serem apresentados à Mesa, colocou três documentos para consideração dos presentes, no sentido de os mesmos passarem a constar da ordem de trabalhos. Esses documentos eram os seguintes: o Manifesto sobre o Estado Educativo, da Fenprof, (este remetido via CTT e lido pelo Sr. Primeiro Secretário, Senhor Avelino José Antunes Soares) para tomada de posição/subscrição desta Assembleia; uma Moção do CDS-PP sobre o Novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional, apresentada pelo Sr. Deputado Agostinho Moura; uma Moção do PSD sobre o mesmo assunto, apresentada pelos Deputados daquele partido. A inclusão destes três documentos na ordem de trabalhos foi aceite por unanimidade, passando a constar, respectivamente, como quarto, quinto e sexto pontos da ordem de trabalhos e que na respectiva parte desta acta se irão transcrever. -----

Logo depois, o Sr. Deputado Avelino Soares, na qualidade de Primeiro Secretário, deu conhecimento da correspondência recebida e colocou-a à disposição para consulta. --- Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Avelino Soares, que, dirigindo-se em especial ao Sr. Dr. Agostinho Moura, endereçou os parabéns pelos 20 anos do Jornal Geresão, querendo demonstrar assim uma palavra de apreço ao próprio director do jornal e também aos seus colaboradores. Mais afirmou que tal idade, não é, hoje em dia, para qualquer meio de comunicação social de âmbito local, o que demonstra que o jornal "Geresão" e quem o dirige têm uma vontade e uma força interior muito grandes que só valorizam o esforço de quem "luta" para a manutenção do único órgão de imprensa do nosso Concelho, sublinhou. Continuando, reconheceu o enorme esforço para que o jornal esteja na casa dos seus assinantes, ao dia 20 de cada mês, elogiando também as colaborações do Sr. Dr. José Araújo e o Sr. Padre Luís Taborda. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Deputado Avelino Soares falou seguidamente sobre o novo Plano de Ordenamento do PNPG, que, após a sua publicação em Diário da República e que a todos apanhou de surpresa, foi alvo de um comunicado por parte

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

do Executivo Municipal, dirigido à comunicação social, onde eram reiteradas todas as fundamentadas objecções ao novo Plano, aproveitando para elogiar a coragem e a frontalidade demonstradas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que, no seu papel de defesa das populações, não se alheou de apontar o que é prejudicial para os habitantes do PNPB e do concelho de Terras de Bouro. -----

Logo depois, o mesmo Deputado referiu-se ao projecto "Aponte para o Gerês", que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Terras de Bouro e a Associação Comercial de Braga, e que pretende atrair empresas para o concelho, para aqui realizarem eventos, como reuniões, palestras e colóquios, de forma a dinamizarem o comércio local e a minorarem ou compensarem, de certa forma, o impacto negativo dos incêndios do passado Verão. Valorizou também o esforço que o actual Executivo procura colocar na resolução das necessidades e dos problemas sociais do Concelho, já que, no âmbito da acção social, o aumento da dotação orçamental se cifra, este ano, nos 300%, o que é elucidativo da preocupação social do Executivo, frisou. Salientou, ainda, as obras realizadas como o abastecimento de água, a melhoria das acessibilidades, a limpeza e manutenção de vias e o saneamento básico, que mereceram o reconhecimento do Sr. Deputado Avelino Soares e tudo isto, disse, após os cortes nas receitas orçamentais do Município impostas pelo governo devido à crise económica que afecta o país. -----

Ainda na sua intervenção, falou sobre o processo judicial entre o Sr. Dr. Ricardo Gonçalves e o Sr. Dr. António Afonso, sublinhando o facto de ter sido testemunha abonatória do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas quis salientar o facto de ser amigo do Sr. Dr. António Afonso e foi a condição de amigo que lhe terá permitido pedir a este último que desistisse do processo em tribunal para que o problema se resolvesse de outra forma, mas assim não entendeu o Sr. Dr. António Afonso que levou o caso à barra do tribunal. Aproveitou para referir o seu agrado com o desfecho do caso. Expressou também a sua ideologia socialista e a sua filiação no Partido Socialista, mas sublinhou que o seu partido é, acima de tudo, o concelho de Terras de Bouro. -----

Para finalizar a sua intervenção inicial, o Sr. Deputado Avelino Soares falou ainda do último acto eleitoral, saudando o vencedor das Eleições Presidenciais, o Prof. Aníbal Cavaco Silva, e terminou citando o Bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira: "Aquele que assumiu ser o provedor do povo, constitua-se agora o provedor de todos os portugueses." -----

De seguida, assumiu a palavra o Sr. Deputado Agostinho Moura que começou por agradecer as palavras do Sr. Deputado Avelino Soares, que, na sua opinião, são um incentivo num concelho que não tinha há 20 anos qualquer órgão de imprensa e, no presente, continua apenas com o jornal «Geresão». -----

Dando seguimento à sua intervenção, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a ETAR de Pereiró e se esta está ou não em funcionamento, pois é fundamental que isso aconteça o mais rápido possível. Ainda em Pereiró, alertou para a necessidade do reforço de abastecimento de água, algo que poderá ser resolvido, segundo o informaram, com a simples presença de um técnico em meio dia de trabalho e, se assim é, torna-se pouco compreensível que a situação ainda não tenha sido resolvida. -----

Prosseguindo, questionou sobre as seguintes obras: situação do processo Intermarché e localização da futura central de camionagem, Parque Urbano das Gordairas e sua evolução, e construção de açude no Rio Homem, se está ou não dependente da revisão do PDM. -----

De seguida, o Sr. Deputado Agostinho Moura referiu-se a uma obra de captação de água que está a ser feita no Campo do Gerês, junto ao Museu, e que terá como objectivo o reforço de abastecimento de água às freguesias de Covide, Carvalheira e à Pousada da Juventude. Tal obra de captação de água está a ser efectuada, alertou, junto a um depósito de estrume de cavalo, o que poderá configurar um caso de perigo para a saúde pública devido à probabilidade de contaminação da água. Também no Campo do Gerês, o Sr. Deputado questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a marcação da estrada que liga esta localidade a Covide e de como, certamente, se estará à espera de melhores condições climáticas para concretizar a pintura da via. - Falando depois da Vila do Gerês, o Sr. Deputado Agostinho Moura aludiu ao processo incompleto da toponímia local, estando nesse estado há já dez anos, e de como seria importante retomá-lo em conjunto com a Junta de Freguesia e os Correios de Portugal. Sobre este mesmo tema, o Sr. Deputado frisou a história de alguns dos caminhos mais emblemáticos da localidade, o que, na sua opinião, até poderá facilitar agora a classificação dos mesmos. -----

Por último, neste período, o Sr. Deputado Agostinho Moura perguntou ainda ao Sr. Presidente do Município se há disponibilidade da Câmara Municipal para convidar e receber o ilustre Maestro António Vitorino de Almeida, para uma importante actuação e presença em Terras de Bouro, uma vez que este já terá demonstrado abertura para

Luís António Ferreira Gonçalves

esta visita promocional ao nosso Concelho, o que, certamente, seria muito relevante para Terras de Bouro. -----

Seguidamente teve lugar a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira, que começou por demonstrar a sua satisfação pela comparticipação financeira da Autarquia em todas as festas das freguesias, desde que contratem grupos musicais do Concelho, e não só o apoio às duas festas das vilas do Gerês e de Terras de Bouro, como acontecia no passado. Aproveitou para saudar esta medida que há muito era reivindicada por todas as freguesias. -----

Continuando, referiu-se depois à relação existente entre o Município e a Escola Profissional Amar Terra Verde, já que esta relação deveria ser revista em função de um consenso alargado, pois é muito o dinheiro que Terras de Bouro tem investido naquela escola, aparentemente sem retornos que o justifiquem, sublinhou. A questão que se deve colocar é se vai ou não a Câmara Municipal continuar a sua ligação à EPATV, frisou. Terminou a sua intervenção solicitando informações sobre a revisão do PDM. -----

A intervenção seguinte foi da autoria do Sr. Deputado Tenente-coronel Claudino Ferreira. Começou por informar que, no passado dia 15 de Dezembro de 2010, se realizou, no Porto, mais concretamente na Casa da Música, um espectáculo musical de encerramento do Projecto Gestão e Dinamização da Visitação no PNPG. Neste evento estiveram delegações de Montalegre, Ponte da Barca e de outros concelhos que integram a área do PNPG e de Terras de Bouro poucas pessoas estiveram presentes, à excepção do Sr. Deputado e esposa, do Sr. Presidente da Câmara Municipal e de dois técnicos da Autarquia, além de uma representação do restaurante "O Cantinho do Antigamente", de Covide, que esteve a representar o concelho nos produtos da gastronomia tradicional local. Este Deputado criticou a ausência das pessoas de Terras de Bouro, sobretudo dos políticos, no evento. Estranhou não ter visto nenhum representante da Mesa da Assembleia Municipal nem outros representantes de Terras de Bouro, concluiu. -----

Para finalizar a sua intervenção, neste período, o mesmo Deputado disse já não estranhar esta itinerância das reuniões da Assembleia Municipal que classificou e cita-se "de vida de saltimbanco", uma vez que o verdadeiro objectivo desta medida é o mero eleitoralismo do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, lembrando ao mesmo tempo que a campanha para a presidência do município ainda vem longe, salientou. -- De seguida, iniciou a sua intervenção o Sr. Deputado Alexandre Pereira, começando por dizer que e cita-se "se em 2010 Terras de Bouro era uma espécie de quinta

abandonada, agora as coisas não estarão muito diferentes”, fim de citação. Este Deputado municipal informou que tinha sido mandatário, em Terras de Bouro, da candidatura à Presidência da República do Sr. Francisco Lopes, apoiado pela CDU, e constatou, pela ronda que efectuou pelas Mesas de Voto do concelho, que há pelas Juntas de Freguesia muitas dúvidas no critério de selecção dos membros das próprias mesas. Há diferenças significativas na constituição das mesas de voto das eleições legislativas para as presidenciais e nem sempre justificadas, comentou o Sr. Deputado Alexandre Pereira. -----

Depois questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o montante que a autarquia paga aos Srs. Deputados presentes nas sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente se o valor da senha de presença é igual para todos. -----

Continuando, o Sr. Deputado Alexandre Pereira perguntou quais os critérios utilizados na atribuição dos subsídios às festas das freguesias do Concelho. Apresentou uma questão sobre a ocupação do espaço público no interior do Centro de Animação da Vila do Gerês, nomeadamente, a ocupação do espaço pedonal entre as lojas e se a loja da Cruz Vermelha, que se mantém naquele local, embora se diga que é provisória, se assim vai continuar, já que retira visibilidade a outras lojas. -----

Posteriormente, falou sobre a legalização dos alojamentos locais e de que forma se controlam as situações ilegais, pois há quem chegue a pagar a publicidade, nomeadamente, na revista municipal, e depois sabe-se que nem todas as casas de alojamento estão legalizadas. Será que a Câmara Municipal faz publicidade a casas de alojamento que não se encontram legais? questionou. -----

O mesmo Deputado salientou a questão da hotelaria em Terras de Bouro e a forma como esse sector ligado ao turismo deve ser estruturado e apoiado, assunto realmente muito importante, uma vez que se trata de uma essencial fonte de receita para o Concelho e, na verdade, a maior parte das casas na zona do Gerês não tem condições para criar animação própria e, por isso, seria bom rever esta situação. Referiu que a Associação Gerês Viver Turismo tem manifestado a sua discordância com a forma como o Município tem gerido as questões ligadas ao turismo, nomeadamente a promoção, a legalização e a animação. Ainda sobre o sector da hotelaria, restauração e bebidas, referiu-se ao Bar da Marina de Rio Caldo e à necessidade da Câmara Municipal ter legalizado o espaço de outra forma, definindo, antes da sua abertura, o estatuto do mesmo. Isto porque há queixas frequentes de

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

peessoas sobre o barulho que esse bar faz, principalmente ao fim-de-semana, pois mais parece uma discoteca do que um bar. -----

No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Avelino Soares sobre o jornal Geresão, o Sr. Deputado Alexandre Pereira alertou de que não se pode esquecer que o Sr. Deputado Agostinho Moura é elemento desta Assembleia há mais de 20 anos e que tem, assim, acesso a informação de uma forma privilegiada, seja aqui, seja junto dos Presidentes da Junta. Terminou, comentando ser este provavelmente o último mandato do Sr. Deputado Agostinho Moura na Assembleia Municipal de Terras de Bouro, facto que o limitará na sua actividade jornalística. -----

Após esta intervenção, o Sr. Deputado Agostinho Moura solicitou o uso da palavra para afirmar que o Sr. Deputado Alexandre Pereira é pródigo em proferir afirmações e comentários completamente fora da realidade e injustificados. A propósito lembrou, e cita-se "o enorme descaramento do Sr. Deputado Alexandre Pereira quando, na reunião anterior desta Assembleia, pôs em causa a justiça da homenagem ao Prof. Dr. Emídio Ribeiro, no centenário do seu nascimento", fim de citação. Mais afirmou que essas declarações são fruto de uma espécie de "central de intoxicação" que há e cita-se "no cantinho dos arquinhos", fim de citação, na Vila do Gerês. Mais não é, afirmou o Sr. Deputado Agostinho Moura, do que a demonstração de certos sentimentos de ciúme e inveja de que padecem algumas pessoas no Gerês. -----

Sobre a loja da Cruz Vermelha no Centro de Animação do Gerês, o Sr. Deputado Agostinho Moura esclareceu que se tratou de uma oferta da Câmara Municipal de Terra de Bouro que entendeu ajudar desta forma uma Instituição de grande valor social, como é o caso da Cruz Vermelha, que não tem receitas próprias e nada mais do que isto. Mais afirmou o Sr. Deputado que, no mesmo Centro de Animação, há lojistas que ocupam o espaço do passeio sem qualquer problema, sendo que o talho existente no espaço até provoca, por vezes, situações de pouca higiene. -----

Relativamente ao jornal "Geresão" e a forma como foi abordado pelo Senhor Deputado Alexandre Pereira na sua última intervenção, mais não é do que, e cita-se, "trazer recados de certas pessoas do Gerês que nada contribuem para o jornal e ainda o criticam!" fim de citação e da sua intervenção. -----

Logo a seguir, participou na sessão o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para esclarecer, perante as declarações do Sr. Deputado Alexandre Pereira, sobre a nomeação dos membros para as mesas de voto nas eleições presidenciais, que na sua freguesia a mesa foi constituída por pessoas

desempregadas, o que lhe parece ser um bom critério para a selecção dos elementos das mesas de voto. -----

Posteriormente foi a vez do Senhor Presidente da Junta de Carvalheira assumir o uso da palavra e começou por agradecer ao Executivo Municipal as obras realizadas na sua freguesia, nomeadamente, no Lugar de Infesta e também manifestar o seu agradecimento pelas transferências financeiras ou cedência de materiais por parte da Câmara Municipal, sempre que tal é possível, em função dos pedidos apresentados. -- O Senhor Presidente da Junta de Carvalheira questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto da situação do saneamento na freguesia de Carvalheira. -----

Após as intervenções dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o Sr. Deputado Alexandre Pereira voltou a intervir para comentar que existe um acesso privilegiado do jornal Geresão à informação das Juntas de Freguesia e que, cita-se, "estando o Sr. Deputado Agostinho Moura na Assembleia Municipal, é pago para fazer (aqui) o seu jornal com as informações que os Presidentes das Juntas lhe prestam sobre variados assuntos das freguesias", fim de citação e da intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira. -----

Para finalizar este período e relacionado com a última intervenção, o Sr. Deputado Agostinho Moura usou da palavra para afirmar que, cita-se, "os apoios e informações de que o Sr. Deputado Alexandre Pereira fala, só existem na sua imaginação, pois o jornal Geresão recolhe informações na Conservatória do Registo Civil e não nas Juntas de Freguesia" fim da citação e da intervenção. -----

De seguida, iniciou a sua intervenção e conseqüente período de respostas aos senhores deputados, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu, sublinhou e fez também suas, as palavras do Sr. Avelino Soares sobre o jornal "Geresão" e o seu vigésimo aniversário. De facto, afirmou o Sr. Presidente, além de um exemplo de longevidade na imprensa local, é também um exemplo de dedicação ao concelho o que o jornal Geresão tem produzido ao longo dos anos. De seguida, o Sr. Presidente agradeceu a intervenção e as palavras do Sr. Avelino Soares acerca do trabalho do Executivo e da posição assumida perante o novo Plano de Ordenamento do PNPG. Ainda sobre a intervenção do Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal e sobre o projecto "Aponte para o Gerês" é, realmente, uma ideia muito interessante e que passa por trazer ao concelho empresas e empresários com as respectivas actividades profissionais e lúdicas e também eventos de diversa índole. -----

Ricardo Manuel Ferraz Fonseca

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Moura e no que diz respeito à ETAR de Pereiró, o Sr. Presidente do Município solicitou ao Sr. Primeiro Secretário, Sr. Avelino Soares, a leitura de uma carta da empresa "Águas do Nordeste" onde esta empresa informa o Município de que a infra-estrutura em causa só aguarda a instalação do ramal eléctrico para entrar definitivamente em funcionamento. -----

Já no que diz respeito ao abastecimento de água em Pereiró, o caso não será de tão fácil resolução como foi referido. De qualquer modo, os técnicos municipais irão ser abordados no sentido de se resolver a situação o mais depressa possível. Não se deve esquecer, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que já se resolveram problemas semelhantes na distribuição de água ao domicílio em Souto, Covide e Gondoriz, e se realizaram muitas obras em apenas ano e meio de mandato, sublinhou. O facto de existirem problemas com a distribuição de água em alguns locais do concelho não prova que o Executivo esteja a descurar o melhoramento e alargamento da rede de distribuição de água. -----

Sobre a obra do arranjo urbanístico do Parque das Gordairas, na sede do concelho, o Sr. Presidente informou ter surgido uma questão jurídica sobre a posse dos terrenos e logo que essa questão esteja resolvida, será possível avançar com as obras. O projecto do açude no Rio Homem está a avançar na medida do possível, já que são precisos vários pareceres de diversas entidades, devido às características muito próprias das áreas a intervencionar, inseridas em REN, como é o caso das margens e do leito do rio. -----

Relativamente à questão do Plano Director Municipal, (doravante PDM), o Senhor Presidente do Município informou que há já uma primeira versão do documento, mas que não agrada à Câmara Municipal e que esta vai demonstrar isso mesmo nos locais próprios. Assim, nesta versão estão pré-definidos alguns itens mas que serão alvo de reparo, já que o plano tem muitas incongruências e, sublinhe-se, está longe de estar encerrado. Este processo é muito complexo, pois estão envolvidas cerca de vinte e uma entidades, desde o IGGESPAR ao ICNB-PNPG, que têm que definir regras sobre a Reserva Agrícola ou a Reserva Ecológica e não poderemos esquecer que mais de 90% do Concelho está abrangido pela Rede Natura. Assim sendo, tudo se torna mais complicado, frisou o Sr. Presidente do Município. Os desejos do Município são que até ao final deste ano o PDM esteja concluído, mas, como é lógico, não depende da Câmara Municipal que tal se concretize, uma vez que há muitas entidades externas com ritmos diferentes de trabalho. -----

Já no que diz respeito às obras de captação de água no Campo do Gerês, a verdade é que o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu não ter conhecimento das mesmas se estarem a realizar na área aqui hoje referida, mas vai averiguar a situação. Contudo, frisou, as obras foram projectadas e estão a ser acompanhadas pelos técnicos municipais que devem ter estudado bem a situação. -----

Sobre este último assunto, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para confirmar a versão apresentada pelo Sr. Deputado Agostinho Moura e que, realmente, as obras de captação de água na sua freguesia se estão a realizar junto a um depósito de estrume de cavalos. Mais alertou para a eventualidade de a realização de mais um furo de captação de água no Campo do Gerês não poderá colocar em risco o fornecimento de água que já existe, questionou, pois já se retira água 24h por dia das captações existentes. O que seria realmente importante era estudar a possibilidade de se retirar água da albufeira de Vilarinho da Furna, conclui. -----

Sobre a possibilidade de recolha de água da albufeira de Vilarinho da Furna, também o Sr. Deputado Américo Pereira usou da palavra para manifestar a mesma opinião, já que esse procedimento é habitual noutros locais com as mesmas condições naturais.

Relativamente ao assunto "PDM", pediu a palavra o Sr. Deputado Manuel Aguiar Campos, não sem antes também dizer que, relativamente ao aproveitamento que se possa querer fazer da Albufeira de Vilarinho da Furna, será bom lembrar que o actual Primeiro Ministro, Engenheiro José Sócrates, na altura Ministro do Ambiente, chumbou uma proposta para a captação de água na referida barragem. Continuando, afirmou estar satisfeito com a apresentação deste "pré-PDM", assim o designou, reconhecendo o empenho para que tal tenha acontecido. De facto, este assunto, frisou o Sr. Deputado, serviu e tem servido de "cavalo de batalha" em diversas situações, mas, é bom lembrar que já é uma questão com muitos anos e que as dificuldades que são agora sentidas por este Executivo também o foram pelos Executivos anteriores. -----

Logo depois, o Sr. Presidente do Município usou novamente da palavra para dizer que talvez o actual Executivo tenha mais capacidade de comunicação sobre a revisão do PDM e se faça ouvir mais do que os anteriores Executivos. Assim, todos os membros da Assembleia Municipal têm sido informados e têm manifestado a sua compreensão com os alegados ou aparentes atrasos do processo de revisão do PDM. -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Sobre este assunto, pediu a palavra o Sr. Vereador Dr. António Afonso, para esclarecer que a demora na aprovação de programas de intervenção territorial, como o Programa de acção anual para o programa temático "Agentes não estatais e autarquias locais no domínio do desenvolvimento", vulgo PROV (2009) e o Plano Regional de Ordenamento do Território – Norte (vulgo PROT) também influíram no decorrer do processo de revisão do PDM, atrasando-o. -----

Retomando a palavra e continuando a responder às questões dos Senhores Deputados, o Sr. Presidente do Município falou sobre a marcação da estrada Campo do Gerês – Covide, que irá ser feita logo que possível e referiu que essa obra já se encontra adjudicada à firma Urbanop. Quanto à toponímia por atribuir na Vila do Geres, é uma situação nova que lhe é colocada e que será resolvida em colaboração com a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. Para finalizar as suas respostas às questões colocadas pelo Sr. Deputado Agostinho Moura, o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que também lhe agrada a disponibilidade manifestada pelo Senhor Maestro Vitorino de Almeida para vir a Terras de Bouro e que o Município está receptivo a recebê-lo para uma ou mais actividades culturais a realizar no mês de Setembro, como ficou combinado com o referido Maestro. -----

Sobre as questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira, o Sr. Presidente do Município agradeceu as suas palavras iniciais e sobre a EPATV considerou importante trazer a esta Assembleia esta matéria, pois os montantes financeiros em causa, transferidos pelo Município de Terras de Bouro para essa Escola, superiores a um milhão de euros até ao presente, e as vantagens da ligação do concelho à EPATV merecem, claramente, uma reflexão para se tomar uma decisão que defenda os interesses do Município. O Sr. Presidenta da Câmara informou que, neste momento, nem se coloca a hipótese de se construir um edifício de raiz para o pólo de Terras de Bouro, pois não existem candidaturas para o efeito. Concluiu este assunto referindo que a Câmara de Terras de Bouro suportou 20% dos custos da construção da sede da EPATV em Vila Verde e do pólo de Amares e que, agora, segundo a Direcção da Escola, não se justifica a construção do pólo de Terras de Bouro. -----

Ao Sr. Tenente-coronel Claudino Ferreira e às suas declarações sobre a ausência de pessoas de Terras de Bouro no espectáculo sobre o PNPG, que decorreu na Casa da Música do Porto, o Sr. Presidente também lamentou que mais pessoas de Terras de Bouro não estivessem presentes nesse evento, mas ressaltou que o Município cumpriu a sua parte ao fornecer à ADERE os contactos das entidades e pessoas que

foram solicitados e, por isso, não foi competência da Câmara Municipal enviar os convites para esse espectáculo. Aproveitou para elogiar a presença e prestação do restaurante " O Cantinho do Antigamente", da Fundação Calcedónia de Covide, que representou de forma brilhante os sabores da gastronomia tradicional de Terras de Bouro nesse evento na Casa da Música do Porto. Todos os presentes deleitaram-se com os produtos de Terras de Bouro, acrescentou o Sr. Presidente. -----

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Alexandre Pereira, o Sr. Presidente do Município afirmou que a constituição das Mesas de Voto para as Eleições Presidenciais foram da sua responsabilidade, tendo solicitado a colaboração das Juntas de Freguesia, que realizaram trabalho meritório e rápido. O facto de as Juntas de Freguesia terem seleccionado pessoas diferentes de outras eleições parece-lhe um bom critério pois, assim, há mais pessoas envolvidas nos actos eleitorais e não são sempre os mesmos a receber o apoio monetário e a gozar o dia seguinte de folga. As mesas de voto foram bem constituídas porque não recebeu qualquer reclamação, concluiu. -----

Sobre este último assunto, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense para comunicar que na sua freguesia e ao contrário do que generalizou o Sr. Deputado Alexandre Pereira, a mesa de voto até foi constituída pelas mesmas pessoas das últimas eleições. -----

Voltando seguidamente a usar da palavra, e continuando a responder ao Sr. Deputado Alexandre Pereira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que o valor das senhas de presença na Assembleia Municipal é igual para todos os Deputados, mas há diferenças relativamente às ajudas de custo, pois dependem dos km que cada um percorre. -----

Relativamente ao apoio financeiro para as festas das diversas freguesias do Concelho, o Sr. Presidente da Câmara Municipal comunicou que tal acontecerá sempre que estas tenham no seu programa, pelo menos, um grupo musical de Terras de Bouro. Sobre a questão colocada relativa à animação dos hotéis, casas de alojamento e restaurantes do Gerês, é, no mínimo, discutível que a Câmara Municipal tenha que assumir essa responsabilidade e fazer tudo nessa área. Acrescentou que a Câmara Municipal tem promovido o concelho, como a participação no concurso das Sete Maravilhas Naturais de Portugal, tendo o Gerês sido eleito como uma dessas sete maravilhas, a presença em certames como a Bolsa de Turismo de Lisboa, a divulgação do concelho em jornais e revistas, etc. Tem igualmente promovido a animação, durante o Verão, na vila do Gerês. Mais informou que a Associação de

Ricardo Manuel Ferreira Fernandes

Defesa e Promoção do Gerês – Gerês Viver Turismo também deve tomar iniciativas na promoção e animação do Gerês e não se limitar a pedir à Câmara Municipal um subsídio mensal para pagar a um funcionário, o que lhe foi recusado, visto não haver uma justificação adequada para tal encargo, até porque, se não há disponibilidade para pagamento a funcionários para as Juntas de Freguesia, muito menos existirá para um funcionário de uma associação de empresários, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Sobre o Bar da Marina de Rio Caldo e o barulho que provoca, o Senhor Presidente do Município disse tratar-se de uma questão que não é da responsabilidade da Câmara, já que o próprio arrendatário é que terá que assumir as suas responsabilidades pelo incómodo que causa às pessoas. -----

Precisamente sobre esta última informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, interveio o Sr. Deputado Alexandre Pereira para afirmar que, actualmente, o Bar da Marina não está preparado para o que está a acontecer em termos de funcionamento do mesmo. -----

Retomando o uso da palavra, o Sr. Presidente do Município agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. Quanto à questão do saneamento para a freguesia de Carvalheira, é, realmente, uma preocupação deste Executivo a construção de uma rede de saneamento e de uma ETAR, processo que tem sido demorado, mas que será concretizado a seu tempo. -----

Seguiu-se o período reservado às eventuais intervenções do público presente, ficando registados os pedidos de intervenção do Senhor Dr. Emanuel Dinis, do Senhor Óscar Pereira e do Senhor Amândio Barbosa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu então a palavra ao Senhor Dr. Emanuel Dinis, Director do Centro de Solidariedade Social de Valdosende e Reverendo da Comunidade da Igreja Evangélica Metodista da freguesia de Valdosende, sedeadada no Lugar do Assento, que começou por cumprimentar e saudar todos os presentes, aludindo à data comemorativa dos 40 anos da implantação da Igreja Evangélica Metodista na freguesia e da sua importância evangelizadora, social e económica para Valdosende. Na qualidade de Director do Centro de Solidariedade Social agradeceu a visita ao Centro no dia de hoje de alguns elementos da Assembleia Municipal e, de igual forma, agradeceu também o esforço dos Executivos Municipais, do actual e do anterior, para que a realidade de um novo Centro Social se tornasse possível. Para concluir a sua intervenção, frisou as dificuldades financeiras que hoje em dia tudo condicionam e que, de certa forma, têm impedido a criação de mais postos de trabalho em Valdosende, na certeza, porém, de que existirá sempre

uma abertura e disponibilidade total da Comunidade da Igreja Evangélica Metodista e do próprio Centro de Solidariedade Social para o bem estar, a todos os níveis, em Valdosende. -----

Seguidamente, deu início à sua intervenção o Senhor Óscar Pereira que, depois de cumprimentar todos os presentes, afirmou a sua satisfação pelo avanço da revisão do PDM, ainda que, também ache que o plano, para ser definitivo, deverá ainda ser discutido nas Juntas de Freguesia para que as populações locais se possam manifestar em defesa de algo que tanto condiciona as suas vidas. Isto porque, se hoje Terras de Bouro tem uma população envelhecida, tal se deve ao facto de os jovens, pelas restrições impostas pelo anterior PDM e outros planos, como o POAC, terem abandonado a sua terra em busca de outras paragens com mais condições de vida. Aproveitou ainda a ocasião para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a obra prevista de pavimentação do caminho Calvário – Picoto. -----

A seguir e para concluir as intervenções do público, foi a vez do Senhor Amândio Barbosa assumir a palavra e depois de saudar os presentes abordou a situação do Bairro da EDP, nomeadamente, a questão da avaliação dos respectivos lotes, que julga já estar a ser feito pela EDP, perguntando ao Senhor Presidente do Município o ponto da situação ou qual o próximo passo deste processo. -----

Precisamente sobre as intervenções do público, interveio logo depois o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para também dar os parabéns à Igreja Evangélica Metodista, não só pelo seus 40 anos na freguesia, mas também por todo o seu trabalho desenvolvido em Valdosende e no Mundo, pois, frisou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se tem milhões de fieis espalhados por todos os continentes não será, certamente, por acaso, mas fruto da sua acção empreendedora. No entanto, lamentou que tal trabalho, aqui e noutros lados, não tenha muitas vezes o devido retorno económico e em Valdosende, à semelhança do que se passa um pouco por toda a parte, as pessoas e mesmo os mais jovens são obrigados a procurar melhores condições, o que se lamenta. Nada havia melhor do que juntar a paz espiritual com a boa condição económica, mas a conjuntura geral e actual não o permitem, infelizmente, sublinhou. -----

Posteriormente e para responder às intervenções do público falou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por agradecer as palavras do Senhor Reverendo, Dr. Emanuel Dinis, para depois afirmar que as dificuldades que Terras de Bouro tem em fixar os seus jovens são extensíveis a todo o país, já que as actuais medidas de

Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves

emprego são, actualmente, insuficientes e limitadas por restrições de ordem financeira. Ainda assim, há acções para minorar esses efeitos, como os Cursos EFA e CEFA, mas, realmente, é pouco e sublinhe-se que a Câmara Municipal não tem grande capacidade para tomar medidas para a promoção do emprego, isso compete ao governo, mas sim adoptar resoluções que visem minorar o impacto social que o desemprego actual provoca nas famílias. Para isso, por exemplo, a Câmara Municipal procura sensibilizar as pessoas para que estas se inscrevam no Centro de Emprego, pois, só assim terão acesso aos cursos EFA, o que, embora não seja uma solução definitiva, é, sem dúvida, algo que atenua as dificuldades sofridas. -----

Sobre o PDM e ao Senhor Óscar Pereira, Senhor Presidente do Município informou que o PDM irá ser apresentado e discutido nas Juntas de Freguesia e quanto ao caminho Calvário – Picoto irá ser pavimentado logo que seja possível. -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Amândio Barbosa, o que se pode dizer netas altura é que o processo do Bairro da EDP está do lado da própria EDP. A empresa de electricidade é que terá que entrar em contacto com os moradores para chegarem a um acordo e como cada caso é um caso, isso, já se sabe, poderá demorar, mas o Sr. Presidente comprometeu-se a fazer tudo o que puder para agilizar o processo. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem de Trabalhos desta reunião, da qual constam os seguintes seis pontos com a alteração da ordem atrás introduzida: -----

Ponto um – Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro; -----

Ponto dois – Análise e votação de proposta de alteração de estatutos para transformação da Grande Área Metropolitana do Minho em Associação de Municípios Específicos do Minho, por força do artigo 38º, nº4 da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto; -

Ponto três – Análise e votação de Análise e votação de desafectação do domínio público de parcela de terreno –Processo Intermarché. -----

Ponto quatro – Análise e votação de Manifesto sobre o estado da Educação/FENPROF; -----

Ponto cinco – Análise e votação de Moção sobre o Novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, apresentada pelo CDS – PP; -----

Ponto seis – Análise e votação de Moção sobre o Novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, apresentada pelo PSD. -----

O Período da Ordem do Dia prosseguiu com a apresentação, dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, da situação económica e financeira do Município, apresentando o Sr. Presidente da Câmara Municipal os documentos referentes à actividade do Município, no que diz respeito a cada divisão/secção, nomeadamente, referindo o Projecto ÁQUACAVADO e dizendo que na próxima reunião este assunto será aprofundado com a apresentação da Documentação de Prestação de Contas 2010, sendo, ainda, afirmado pelo Chefe do Executivo que, nesta data, existia um saldo de cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro mil e cinquenta e três cêntimos e em operações de Tesouraria e Contas à Ordem o valor era de quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e dezassete euros e noventa e oito cêntimos. -----

Posteriormente e já sobre o segundo ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo, afirmando que a referida alteração de estatutos deriva da transformação e alteração da situação das Áreas Metropolitanas. -----

Também sobre o segundo ponto da ordem de trabalhos, assumiu a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que a alteração de estatutos requerida se deve ao facto da transformação das Áreas supra em Associações de fins específicos, nomeadamente, na área da Protecção Civil e do Ambiente. -----

Aberto o período de inscrições, não se registaram inscrições e sendo colocado à votação, foi a” proposta de alteração de estatutos para transformação da Grande Área Metropolitana do Minho em Associação de Municípios Especificos do Minho” aprovada por unanimidade. -----

Logo de seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu e abordou o terceiro ponto da ordem de trabalhos que decorre da implementação do estabelecimento Intermarché na Vila de Terras de Bouro, nomeadamente, sobre a necessidade de ser implementado um parque de estacionamento adequado e de como se trata de um assunto bastante relevante para o Concelho. -----

O Senhor Presidente do Município interveio também sobre o ponto três e afirmou que, o que está aqui em questão é, realmente, a cedência de uma parcela de terreno para o parque de estacionamento do Intermarché, com o devido pagamento de uma renda anual de trinta mil euros, contrato válido por cinco anos e a revalidar e rever por

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

ambas partes no final desse período. A questão que se impõe, continuou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, decorrente desta transformação é a transferência da "Central de Camionagem" para a área contígua à nova Piscina Municipal, onde, no primeiro piso daquela infra-estrutura será instalada uma bilheteira, uma sala de espera e wc's para servir os passageiros, dando assim outras condições aos utentes dos autocarros. -----

Sobre a última parte da intervenção supra do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para questionar o novo circuito dos autocarros na e pela Vila de Terras de Bouro. -----

Ao que o Senhor Presidente do Município logo respondeu que, apesar ainda estar em fase de estudo, deverá o circuito ser delineado pelo centro da Vila, o que até é bom, dando origem a mais movimento. -----

Colocado à votação, o terceiro ponto, "desafectação do domínio público de parcela de terreno – Processo Intermarché", foi aprovado por unanimidade. -----

Prosseguiu logo depois a sessão com a apresentação, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do quarto ponto, Manifesto sobre a Educação, documento remetido pela FENPROF e que de seguida se transcreve: -----

"MANIFESTO-----

INVESTIR NA EDUCAÇÃO-----

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA-----

A educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se advinham de elevada gravidade. A redução de 803 milhões de euros na Educação, a que acrescem reduções indirectas impostas às autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste Manifesto. -----

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros – e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré - Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos! -----

É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa. -----

A entidade promotora: FENPROF". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou então que, para responder a esta solicitação, talvez a própria Câmara Municipal, depois de analisar o mesmo e face à realidade do Concelho em conjunto com o Agrupamento de Escolas, pudesse responder ao mesmo. -----

Aberto de seguida o período de intervenções, começou por usar da palavra o Sr. Deputado Américo Pereira para dizer que reconhece a esta Assembleia competência e conhecimentos suficientes para analisar o assunto e que irá votar favoravelmente a subscrição do manifesto em causa. -----

Sobre o mesmo assunto, interveio o Sr. Deputado Vítor Mendes para demonstrar exactamente o contrário, que não caberá a esta Assembleia pronunciar-se sobre algo que, de certa forma, a ultrapassa. A questão do ensino privado e os cortes sobre o seu funcionamento obedecem, por exemplo, a regras muito específicas e, desta forma, irá votar contra. -----

A intervenção seguinte foi da autoria do Sr. Deputado Vítor Fernandes para dizer que este assunto e a forma como ele chegou à Assembleia não é mais do que uma declaração de intenções de uma associação sindical e que, assim sendo, não cabe à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre esta matéria, daí que irá votar também contra. -----

Ainda sobre a temática educação, interveio o Sr. Deputado António Cunha para afirmar que um dos principais problemas é o facto de os cortes orçamentais que têm vindo a ser aplicados não o serem de forma equilibrada pelos diversos sectores da sociedade com as consequências daí inerentes. -----

Também sobre o mesmo assunto pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense para afirmar que o que está em causa, com as actuais medidas para a educação, são a perda de milhares de postos de trabalho e que não há, realmente, igualdade de tratamento quando se procura resolver as dificuldades financeiras que o país atravessa. -----

O último deputado a intervir sobre esta matéria foi o Sr. Agostinho Moura que citou

Ricardo Manuel Ferreira Fontes

uma afirmação de um seu professor: "Na educação não há despesa, mas sim investimento", finalizando desta forma a sua intervenção. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o quarto ponto à votação, sendo o Manifesto sobre Educação aprovado por maioria, com dezoito votos a favor, cinco contra e sete abstenções. -----

A seguir, foi apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o quinto ponto, "Moção sobre o Novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês", documento apresentado à Mesa pelo representante do CDS-PP, Senhor Deputado Agostinho, lido aos presentes pelo Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares e que de seguida se transcreve: -----

"Moção -----

Considerando que o novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, já em vigor, e contrariando as naturais expectativas das pessoas que residem ou são naturais dessa área protegida, constitui uma profunda desilusão, sob diversos pontos de vista; -----

Considerando que, apesar de alguns aspectos positivos inovadores que esse diploma encerra, no que se refere, por exemplo, aos objectivos consensuais de preservação dos ecossistemas, dos habitats da fauna e flora selvagens e do património cultural material e imaterial, decisões existem como o "regime de diferenciação positiva dos residentes do PNPG" que se têm como altamente redutoras e restritivas no que toca à fixação das populações, em contraste evidente com os dados apresentados aquando da discussão pública desse importante documento; -----

PROPÕE-SE: -----

Que a Assembleia Municipal de Terras de Bouro, representativa dos legítimos interesses de boa parte da população deste concelho que é afectada pelo PNPG, lhe manifeste toda a sua solidariedade e apoio, apresentando ao Ministério do Ambiente e ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o seu mais veemente protesto face à humilhante marginalização de que tal população foi vítima, fazendo-se "tábua rasa" das suas inúmeras sugestões e pretensões expressas por ocasião da discussão pública deste Plano de Ordenamento que agravou, ainda mais, as já inegáveis divergências existentes entre a população e os responsáveis do único Parque Nacional português. -----

Valdosende, 28 de Fevereiro de 2011-----

O Vogal, (...)-----

Agostinho Dias de Moura -----

Relativamente a esta moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para afirmar que o novo Plano do PNPG resulta de medidas tomadas pelo Ministério do Ambiente e que, politicamente, até está contra esta posição. A verdade, referiu, é que parece que o Ministério em causa prefere estar em paz com as associações ambientalistas e não com as populações, não se preocupando com as pessoas e, assim sendo, a posição do ICNB acaba por prevalecer. Mais afirmou apoiar todas as formas legais de luta para que este novo plano não entre em vigor, frisando a falta de capitalização do próprio PNPG, de que o abandono de muito património é exemplo, como fundamento para arranjar receitas de uma forma aleatória. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm que lutar em conjunto para que este plano não se concretize, sublinhou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

A intervenção seguinte e sobre o mesmo assunto foi do Senhor Presidente da Câmara Municipal que comunicou a realização de uma reunião dos cinco municípios da área do PNPG para concertarem estratégias e tentarem encontrar formas de luta que contrariem o Plano de Ordenamento. O Senhor Presidente do Município informou, igualmente, que já se encontrou com o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca para se assumir uma posição conjunta de força, já que a publicação deste Plano de Ordenamento contraria os elementares princípios de cooperação e de respeito pelas instituições envolvidas no processo, pois estiveram sobre a mesa de trabalho e na discussão pública do documento conceitos e normas que não são aqueles que foram agora publicados no documento. Exemplos disso mesmo são as alterações ao conceito de residente ou à proibição da pesca desportiva em determinadas áreas e épocas, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

A intervenção seguinte foi do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para afirmar que tinha sido feita uma recomendação ao Governo da vontade das populações e que agora se constata que não foi tida em conta. Desta forma, prosseguiu, não se cria riqueza nem se fixa a população, sendo de realçar ainda que apodrecem centenas de toneladas de madeira por impossibilidade de recolha pelas pessoas, limitadas que estão pelas normas impostas pelo ICNB-PNPG, o que é incompreensível, conclui. -----

Seguidamente usou da palavra o Sr. Deputado Filipe Mota Pires também para manifestar o seu desagrado pelo novo Plano de Ordenamento do PNPG, não só pelo seu conteúdo, mas também pelo "timing" de publicação, que poderá configurar,

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

inclusive, uma acção de "má fé" na forma como as populações foram confrontadas com algo definitivo. Mais afirmou que o Plano foi concebido à revelia dos habitantes e que as várias reuniões, nomeadamente com grupos parlamentários e também manifestações, de nada valeram para se fazer ouvir a voz de indignação de todos aqueles que vêem agora ser colocadas em causa tradições ancestrais únicas. Este novo Plano de Ordenamento, continuou, não se diferencia pela positiva, bem pelo contrário, e se analisarmos a situação da maior parte da área em causa até pertencer aos baldios e a particulares, mais incompreensível se tornam estas novas regras de ordenamento do território em questão. Apelou ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que, enquanto membro do grupo parlamentar do PS na Assembleia da República, dê voz às populações junto do Ministério do Ambiente e igual apelo dirigiu ao Executivo, assim como apresentou uma solicitação de mobilização para a manifestação da Associação de Pesca e Caça do Gerês que se vai realizar em Rio Caldo e Vilarinho da Furna, no próximo dia um de Março, para, desta forma, se demonstrar todo o descontentamento para com o novo Plano de Ordenamento do PNPG. -----

Ainda sobre esta temática e sobre o quinto e sexto ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Deputado Vítor Mendes interveio e afirmou a sua concordância com a Moção do CDS-PP e mostrou-se contrário à Moção do PSD, já que esta última, pelo "ataque" que faz ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, "ataque" que o Senhor Deputado considera despropositado e injusto, mais não se trata de uma tentativa de "aproveitamento político" desta situação o que é lamentável, concluiu este Deputado. - Também sobre este assunto usou da palavra o Sr. Deputado Alexandre Pereira para informar que o Sr. Deputado Agostinho Lopes, do grupo parlamentar do PCP da Assembleia da República, já tomou posição sobre este assunto em defesa das populações e que irá estar também na manifestação, em Rio Caldo, onde, igualmente, irá estar presente o "Movimento Gerês com Gente", pois é fundamental, sublinhou, que existam movimentações populares que conduzam à suspensão deste Plano. ----- Colocado, posteriormente, à votação foi o ponto cinco: "Moção sobre o Novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, apresentada pelo CDS - PP", aprovado por unanimidade. -----

De seguida foi apresentado o último ponto da ordem de trabalhos, "Moção sobre o Novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, apresentada pelo PSD", que de seguida se transcreve: -----

"MOÇÃO -----

No passado dia 5 de Fevereiro, entrou em vigor o novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG). Apesar de se tratar de uma revisão exigida pelas populações e pelos autarcas da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e cujo trabalho demorou cerca de seis anos, a versão agora publicada constitui um desprezo para com todos aqueles que contribuíram com centenas de propostas de alteração e do trabalho de todas as pessoas envolvidas em várias reuniões: naturais, técnicos e autarcas. Afinal, era suficiente ter encomendado uma proposta de revisão a uma associação ambientalista. Ter-se-ia evitado tantos gastos e desiludido tantas pessoas. -----

Ao publicar um diploma completamente diferente daquele que tinha sido acordado em sede da Comissão Mista de Acompanhamento, o Governo do partido socialista assume uma atitude autoritária e de menosprezo para com as populações dos municípios do PNPG. -----

O Governo que, no passado, enquanto a Câmara Municipal de Terras de Bouro eleita pelo PSD detinha a presidência da Mesa da Secção de Municípios com Áreas Protegidas da Associação Nacional de Municípios Portugueses, não ousou avançar com estas medidas – apesar dos socialistas terrabourenses atacarem o então presidente de não defender devidamente os interesses das populações - aproveitou-se do facto de o município de Terras de Bouro ser socialista para avançar com este instrumento de planeamento, consciente de que o seu Presidente não «faria grandes ondas». Felizmente, enganou-se! -----

O Governo conta, lamentavelmente, com o silêncio cúmplice do deputado socialista e Presidente da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, Dr. Ricardo Gonçalves, para impor este espartilho às populações. Obviamente que este POPNPG é o primeiro passo em ordem a outras restrições como o encerramento da estrada da Mata de Albergaria, da estrada de acesso à fronteira da Portela do Homem e, conseqüentemente, o encerramento da mesma. -----

Por isso, os membros desta Assembleia eleitos pelo Partido Social Democrata não podem deixar de criticar veemente este atentado do Governo à Liberdade, aos Direitos e às Garantias dos cidadãos naturais e/ou residentes do PNPG e, tal como os Vereadores do PSD fizeram na última reunião do executivo, solidarizam-se com todas as formas de luta que o Sr. Presidente da Câmara Municipal entenda assumir em ordem à suspensão imediata da eficácia deste POPNPG e propõem que esta Assembleia: -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

1. Rejeite este POPNPG por não servir os interesses das populações; -----
 2. Recomende ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que requeira, à Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, uma audição da Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território a fim de solicitar a suspensão imediata deste POPNG; -----
 3. Participe em todas as formas de contestação a este Plano, quer de origem popular, quer associativa.»-----
Terras de Bouro, 28 de Fevereiro de 2011.”» -----
(...) Claudino Cruz Ferreira; -----
Américo Maria Simões Pereira; -----
António Pires de Oliveira; -----
Horácio de Sousa; -----
Manuel Aguiar Campos; -----
Maria José Gonçalves Machado Andrade; -----
Maria Filomena dos Santos Silva Araújo'. -----
- O sexto ponto já tinha sido abordado nas considerações anteriores enunciadas nesta acta e, no seguimento da reunião, foi colocado de imediato à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sendo aprovado por maioria, com dezassete votos a favor, treze votos contra e duas abstenções. -----

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram 18:30 horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

O Secretário

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Roberto José Souza".